

HABEAS CORPUS Nº 539.282 - SC (2019/0307020-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CARLOS AZEREDO DA SILVA TEIXEIRA - RJ156058
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ADJAKSON ARIAN ZANOTTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de ADJAKSON ARIAN ZANOTTO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O acórdão que denegou o *writ* de origem está assim ementado (fl. 22):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES (ART. 33, *CAPUT*, DA LEI N. 11.343/2006). PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA NULIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM RAZÃO DA VIOLAÇÃO DO DOMICÍLIO. INOCORRÊNCIA. PACIENTE QUE FOI VISTO PELOS POLICIAIS FUMANDO CIGARRO DE MACONHA E POSSUÍA EM SUA RESIDÊNCIA SIGNIFICATIVA QUANTIDADE DE COCAÍNA. CRIME PERMANENTE. ESTADO DE FLAGRÂNCIA DEVIDAMENTE CONFIGURADO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ILEGALIDADE. SUSTENTADA CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA PRISÃO CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO NECESSÁRIA, EM ESPECIAL, PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APREENSÃO DE 133 GRAMAS DE COCAÍNA. LESIVIDADE E EXPRESSIVA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE QUE EVIDENCIAM A PERICULOSIDADE DO PACIENTE. AINDA, ACUSADO QUE POSSUI PROCESSO EM ANDAMENTO POR TRÁFICO DE ENTORPECENTES E RECEPÇÃO. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. NECESSIDADE DE IMPEDIR A REITERAÇÃO DELITUOSA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO QUE NÃO SE MOSTRA SUFICIENTE. EVENTUAIS PREDICADOS SUBJETIVOS POSITIVOS E SITUAÇÃO DOS PRESÍDIOS QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NÃO VIOLADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA

O paciente foi preso em flagrante, custódia convertida em preventiva, como incurso no delito de tráfico de drogas, tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006.

Em síntese, a Defesa aponta ilegalidade na prisão em flagrante, pois teria

sido efetuada mediante invasão de domicílio pela autoridade policial, decorrendo então prova ilícita. Aduz também desproporcionalidade de medida tão gravosa, em face da quantidade de drogas apreendida (133g de cocaína, conforme boletim de ocorrência à fl. 40) e das condições pessoais favoráveis do paciente.

Afasta, por último, a alegada reiteração delitiva, tendo em vista ausência de informações sobre o desfecho de atos infracionais mencionados pelo Juízo de piso, *isto é, não se sabe se foram efetivamente instauradas as competentes ações de apuração de ato infracional, nem tampouco se houve ou não desfecho condenatório*. Além disso, aponta o *equívoco técnico-jurídico ao trazer para o processo penal fatos ocorridos ainda na adolescência, cujas consequências são medidas exclusivamente voltadas à sua proteção*.

Requer a concessão da liberdade provisória, em liminar e no mérito. Pede também o reconhecimento da *ilegalidade do ato impugnado, determinando o desentranhamento da prova colhida em violação ao domicílio e relaxando em definitivo a prisão ilegal* (fl. 20).

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento ou denegação da ordem.

Na origem, o processo nº 0007268-41.2019.8.24.0020, oriundo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Criciúma/SC, encontra-se em fase instrutória. Foi designada para o dia 15/1/2020, audiência de instrução e julgamento, conforme informações processuais eletrônicas disponibilizadas no sítio do Tribunal *a quo* (acesso: 27/11/2019).

É o relatório.

DECIDO.

No que tange à alegada nulidade do flagrante, de acordo com o entendimento desta Corte, a alegação de nulidades porventura existentes na prisão em flagrante fica superada com a conversão do flagrante em prisão preventiva, tendo em vista que constitui novo título a justificar a privação da liberdade (HC n. 429.366/PR, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 16/11/2018). No mesmo sentido: RHC 108.338/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de custódia preventiva foi assim motivada (fl. 49):

Trata-se de auto de prisão em flagrante pela prática em tese de delito de tráfico de entorpecentes previsto no art 22 da Lei 11.343/06. As formalidades legais do

flagrante foram obedecidas, independente do mérito do delito devendo assim ser homologado o auto de prisão em flagrante. No tocante a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, a par de divergências na jurisprudência ressalto que o artigo 44 da lei citada determina que não será concedida fiança ao crime de tráfico de drogas sendo também insuscetível de liberdade provisória. Mesmo que se entendesse o contrário **a quantidade da droga apreendida (133 gr de cocaína) afigura-se relevante para determinada manutenção da custódia como garantia da ordem pública diante da evidente nocividade do crime em questão.** O flagrado, não possui antecedentes a serem tecnicamente considerados, porém tem **diversas passagens policiais desde quando ainda era menor de idade.** Tais circunstâncias revelam a sua tendência delituosa, sendo necessário portanto resguardar-se pelo menos nesse momento, a ocorrência de novos delitos, pelo bem da sociedade. Por tais razões, homologo o auto de prisão em flagrante, já que obedecidas as formalidade legais, e com base nos art. 311, 312 e 313, do CPC converto o auto de prisão em flagrante em prisão preventiva de ADJAKSON ARIAN ZANOTTO servindo a presente decisão como mandado de prisão.

Como antecipado em exame liminar que ora se confirma, o decreto aponta fundamentação que deve ser considerada idônea e suficiente para justificar a custódia preventiva, com esteio na expressiva quantidade do entorpecente apreendido (133g de cocaína) e na reiteração delitiva, uma vez que o paciente possui registros criminais anteriores.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública, como no caso dos autos. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Em que pese as alegações da Defesa de estarem os atos infracionais ainda

sem desfecho, embora não caracterizem reincidência ou maus antecedentes, podem denotar dedicação às atividades criminosas. Além disso, a certidão de antecedentes criminais (fls. 47/48) traz passagens por outras Varas Criminais, que não da Infância e Juventude, o que demonstra risco de reiteração delitiva, servindo de fundamento para a manutenção da prisão preventiva.

Outrossim, registros criminais anteriores, anotações de atos infracionais, inquéritos e ações penais em curso, e condenações ainda não transitadas em julgado são elementos que podem ser utilizados para amparar eventual juízo concreto e cautelar de risco de reiteração delitiva, de modo a justificar a necessidade e adequação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública (RHC 100.793/RR, Sexta Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe. 23/10/2018). No mesmo sentido: RHC 106.136/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 01/03/2019; HC 479.323/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 11/03/2019; HC 441.396/SP, Rel. Ministro JOEL

Assim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Dessa forma, não se constata ilegalidade flagrante a ensejar a concessão da ordem.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator